

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO LIBRAS/LÍNGUA
PORTUGUESA

Sheyla Aparecida Jeronymo Eduardo

Feminismo Negro e Surdo: Conhecendo suas Raízes e Lutas

São Carlos

2023

Sheyla Aparecida Jeronymo Eduardo

Feminismo Negro e Surdo: Conhecendo suas Raízes e Lutas

Trabalho/Artigo de revisão de literatura apresentado ao curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS / Língua Portuguesa da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharela em Tradução e Interpretação em Libras / Língua Portuguesa. Orientadora: Prof.^a. Dra. Diléia Aparecida Martins

São Carlos

2023

Eduardo, Sheyla Aparecida Jeronymo

Feminismo negro e surdo:: conhecendo as suas raízes e lutas / Sheyla Aparecida Jeronymo Eduardo -- 2023.
30f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Diléia Aparecida Martins

Banca Examinadora: Glenda Mello, Evelyn Nunes

Bibliografia

1. Feminismo Negro . 2. Interseccionalidade . 3. Libras .
I. Eduardo, Sheyla Aparecida Jeronymo. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

RESUMO

EDUARDO, Sheyla Aparecida Jeronymo. Feminismo Negro e Surdo: Conhecendo suas Raízes e Lutas. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.

Este artigo investiga a intersecção do feminismo negro e da surdez, com base nos trabalhos de Patricia Hill Collins, bell hooks e Kimberlé Crenshaw. Analisamos até que ponto as publicações acadêmicas contemporâneas têm representado e dado voz a mulheres que vivenciam simultaneamente a identidade racial negra, o gênero feminino e a surdez. Discutimos como essas mulheres, habitantes de uma complexa intersecção de opressões, negociam e reexistem dentro do movimento feminista. Utilizando a teoria da interseccionalidade de Collins e seu conceito de “pensamento feminista negro”, buscamos entender melhor as experiências e desafios das mulheres negras surdas. O objetivo é ampliar as vozes frequentemente marginalizadas nos discursos dominantes e promover um feminismo mais inclusivo e interseccional. O estudo serve para avançar no entendimento das experiências de mulheres negras surdas e pedir uma maior inclusão dessas vozes na literatura acadêmica.

Palavras-chave: Feminismo Negro; Mulheres Negras; Mulheres Surdas; Empoderamento; Interseccionalidade; Identidade Surda.

RESUMEM

Este artículo investiga la interseccionais del feminismo negro y la sordera, basándose en el trabajo de Patricia Hill Collins, Bell Hooks y Kimberlé Crenshaw. Analizamos hasta qué punto las publicaciones académicas contemporáneas han representado y dado voz a mujeres que experimentan simultáneamente la identidad racial negra, el género femenino y la sordera. Discutimos cómo estas mujeres, que habitan una compleja intersección de opresiones, negocian y reexisten dentro del movimiento feminista. Utilizando la teoría de la interseccionalidad de Collins y su concepto de "pensamiento feminista negro", buscamos comprender mejor las experiencias y los desafíos de las mujeres negras sordas. El objetivo es amplificar las voces a menudo marginadas en los discursos dominantes y promover un feminismo más inclusivo e interseccional. El estudio sirve para avanzar en la comprensión de las experiencias de las mujeres negras sordas y pedir una mayor inclusión de estas voces en la literatura académica.

Palabras-clave: Feminismo negro; Mujeres Negras; Mujeres Sordas; Empoderamiento; Interseccionalidad; Identidad sorda.

Introdução

O campo de estudos de gênero tem vindo a expandir as suas fronteiras de forma significativa, colocando em destaque as questões de interseccionalidade. Esta, por sua vez, se caracteriza (também) pelo olhar epistemológico para a linguagem e o sujeito que a produz tendo em vista a complexidade que há em nossa constituição identitária. Aquele que se apresenta como interlocutor em uma língua ocupa um corpo que se situa em uma raça, gênero, classe social, comunidade linguística, deficiência entre outros marcadores identitários que situam o sujeito em sociedades e culturas.

Com o intuito de contribuir para essa pauta, vemos a necessidade fundamental de ampliarmos o diálogo, por meio da pesquisa acadêmica, discutindo aspectos concernentes ao feminismo em intersecção com o gênero feminino e a condição sociolinguística surdez.

Assim, amparamo-nos no feminismo negro, que conforme definido por bell hooks (1981), é um movimento que se propõe a desafiar tanto o sexismo quanto o racismo inerentes à sociedade. Seu papel crucial tem sido destacado por numerosos estudiosos (Crenshaw, 1991; Collins, 2000) como fundamental para compreender a posição única e as experiências de mulheres negras que sofrem discriminação tanto de gênero quanto de raça.

Paralelamente, a questão do feminismo negro e surdo nos conduz à uma interseccionalidade ainda mais profunda, como as autoras Collins (2019), Hooks (2019), Ferreira (2018), Crenshaw (1989) e Davis (2016) abordam em suas respectivas falas. Como o termo sugere, este se refere às experiências específicas de mulheres negras que são também surdas, lidando com opressões entrelaçadas de gênero, raça e numa abordagem socioantropológica, o pertencimento às comunidades surdas falantes de línguas de sinais. Erving Goffman (1963) conceitua a deficiência como uma forma de "estigma", que se soma às outras formas de discriminação enfrentadas por essas mulheres.

As mulheres negras surdas vivenciam uma posição única na sociedade, carregada de desafios e lutas pela melhoria das condições de acessibilidade. Embora existam poucos estudos voltados especificamente para esta população Lane, Hoffmeister e Bahan (1996), enfatizam a urgência de dar visibilidade a essas experiências para confrontar as opressões sistêmicas que elas enfrentam.

O presente trabalho, adotará uma metodologia de pesquisa exploratória, pois sua principal intenção é aumentar a familiaridade com o fenômeno em questão, proporcionando uma compreensão mais aprofundada do mesmo. A pesquisa exploratória é adequada para os temas em análise - feminismo negro, feminismo negro surdo, e a experiência da mulher negra surda - devido à complexidade das interseções de gênero, raça e deficiência auditiva, e a necessidade de expandir o conhecimento existente sobre essas interseções.

Isso envolverá a busca em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Scielo e Google Scholar, Scopus, usando palavras-chave relevantes, como: “empoderamento feminino”, “interseccionalidade”, “mulher negra”, “surdez feminina”, “feminismo negro”, “feminismo negro surdo”. Os resultados desta pesquisa exploratória irão contribuir para a compreensão para enriquecer o diálogo acadêmico em torno do feminismo negro e do feminismo negro surdo. Além disso, este estudo irá proporcionar uma base sólida para futuras pesquisas sobre o tema.

O Estado brasileiro e a proteção às mulheres negras e surdas

Esta seção busca demonstrar através da revisão bibliográfica, como a intersecção da surdez e da identidade racial negra dentro do Feminismo Negro pode ser compreendida, sendo um movimento que dia após dia vem ganhando força. Em um país com uma população de cerca de 213 milhões de pessoas (IBGE, 2021) pensar políticas públicas para a população negra e surda, são questões urgentes e que precisam de atenção.

Segundo Leal (2020), somos uma minoria não quantitativa e para reverter essa posição é preciso dar visibilidade às pautas do grupo de mulheres negras, caracterizado por demandas de construção de uma identidade que vai além de dimensões teórica, política, social e prática. Neste sentido, este estudo colabora para o encontro discursivo a partir do que se tem discutido sobre as experiências das mulheres negras na diáspora africana, em momentos estas experiências variam, mas que mantêm um eixo comum que se traduz em ações e reações às condições de vulnerabilidade de grande parte destas mulheres.

Para entender o que acontece hoje é importante voltar ao passado, nesse aspecto a autora Pinto (2010) relata que ao longo da história ocidental, houve mulheres que se rebelaram contra sua condição e lutaram por liberdade, muitas vezes pagando com suas próprias vidas. A inquisição da Igreja Católica, por exemplo, foi implacável com qualquer mulher que desafiasse seus dogmas inquestionáveis. Já no contexto brasileiro, durante o período da escravidão, as mulheres pretas enfrentaram uma dupla opressão, lidando com a discriminação racial e de gênero de maneira interseccional.

Como destaca Davis (1981), a violência contra as mulheres escravizadas era generalizada e sistemática. Elas foram tratadas como propriedades, sujeitas à exploração sexual e a uma série de violências físicas e psicológicas. A escravidão negra negou não apenas a humanidade dessas mulheres, mas também utilizou seus corpos como objetos de prazer e controle pelos senhores.

Esses dois períodos históricos revelam as opressões enfrentadas pelas mulheres ao longo do tempo, destacando a importância de compreender as interseccionalidades e lutar pela igualdade e justiça para todas as mulheres. O feminismo negro contemporâneo busca dar voz e visibilidade a essas experiências, promovendo a desconstrução de estruturas opressivas e a construção de uma sociedade mais igualitária. Em uma sociedade patriarcal, as relações sociais são caracterizadas pela subordinação da mulher e pela dominação e controle exercidos pelos homens.

De acordo com Morgante e Nader (2014, p. 8), o conceito de patriarcado permite compreender a interligação entre a dominação e a exploração das mulheres. Mesmo que as mulheres possuam habilidades e dedicação equivalentes aos homens, foram relegadas a um papel secundário nesse sistema que as oprimia e negou seus direitos como membros constituintes da sociedade.

De acordo com Ferreira e Camargo (2011, p. 375), em uma sociedade racista, há uma tendência de considerar o negro como sendo étnica e culturalmente inferior. Essa percepção pode ser facilmente observada ao analisar os padrões estabelecidos como superiores, que valorizam traços europeus, como pele branca, olhos claros e cabelos lisos. Os aspectos culturais e étnicos marginalizados são frequentemente associados aos negros. Dessa forma, na perspectiva da sociedade, o negro é estigmatizado como um grupo feio e associado à criminalidade.

Entretanto, no Brasil existe algumas leis que protegem as mulheres vítimas de violência de gênero, como por exemplo, Lei Maria da Penha (11.340/2006) que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção, a lei Carolina Dieckmann (12.737/2012), que tornou crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares e a lei do Minuto Seguinte (12.845/2013), que oferece garantia às vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e informações sobre seus direitos. Duas leis se destacam ainda, a Lei Joana Maranhão (12.650/2015) que alterou os prazos para a prescrição de crimes de abusos sexuais de crianças e adolescentes. A prescrição passou a valer após a vítima completar 18 anos, e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos e a lei do Feminicídio (13.104/2015) que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Existem ainda serviços disponíveis que visam proteger e atender essas mulheres vítimas de violência de gênero, tais como:

- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM): São unidades especializadas da Polícia Civil, compostas por profissionais capacitados para lidar com casos de violência doméstica, violência sexual e outros crimes contra as mulheres.
- Casa da Mulher Brasileira: Trata-se de um espaço inovador de atendimento humanizado, onde são-oferecidos diversos serviços especializados em um único local, como acolhimento, apoio psicossocial, delegacia, juizado especializado, Ministério

Público, Defensoria Pública, serviço de promoção da autonomia econômica, espaço para cuidado das crianças, alojamento de passagem e central de transporte.

- Centros de Referência às Mulheres Vítimas de Violência: São parte da rede de equipamentos de enfrentamento à violência contra as mulheres e oferecem acolhimento e acompanhamento interdisciplinar, incluindo suporte social, psicológico, pedagógico e orientação jurídica.
- Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: São órgãos da Justiça com competência cível e criminal, criados pela União, Distrito Federal e Estados, para processar, julgar e executar causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Serviço de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual (SAMVVIS): Oferece acolhimento integral e gratuito às vítimas de estupro, incluindo profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis, exame de corpo de delito, prevenção da gravidez indesejada e, nos casos previstos em lei, interrupção da gestação (aborto legal), além de acompanhamento psicossocial contínuo.
- Núcleos de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (Defensorias Públicas estaduais): Oferecem orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e defesa dos direitos individuais e coletivos de forma integral e gratuita, em todos os graus judiciais e extrajudiciais.
- Núcleos de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (Ministérios Públicos estaduais): Responsáveis por mover ações penais públicas, solicitar investigações à Polícia Civil, solicitar medidas protetivas de urgência-ao judiciário, além de fiscalizar estabelecimentos de atendimento às vítimas, tanto públicos quanto privados.

É importante ressaltar que todas as mulheres têm direito à proteção e aos serviços oferecidos pelo Estado, independentemente de sua origem étnica, orientação sexual, identidade de gênero ou qualquer outra característica ou sem qualquer forma de discriminação. É fundamental que o Estado assegure que esses direitos e serviços sejam acessíveis a todas as mulheres, garantindo que não haja discriminação ou exclusão com base em características individuais. Além disso, é essencial que haja um esforço constante para aprimorar esses serviços, tornando-os mais abrangentes, eficientes e sensíveis às necessidades específicas de cada mulher.

Breve retomada sobre a história da mulher negra no Brasil

Ao retomarmos brevemente a história da mulher negra, na fala da autora Ribeiro (2016), a mulher negra no Brasil é marcada por uma trajetória de luta e resistência contra a opressão e a marginalização. Desde a época da escravidão, as mulheres negras foram submetidas a uma dupla opressão, sofrendo tanto com a exploração econômica quanto com a violência sexual e a violação de seus direitos reprodutivos, (...) ao longo do século XX, as mulheres negras se organizaram em movimentos sociais e políticos, buscando reivindicar seus direitos e sua participação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em nosso cotidiano com o avanço do Estado do bem estar social, se tem em debate diversas discussões sociais com a temática do racismo, sendo evidenciado que o problema do racismo estrutural é um dos grandes problemas sociais enfrentados nos séculos XX e XXI, levando diretamente à desigualdade social, preconceito e violência. Esses dois períodos históricos revelam as opressões enfrentadas pelas mulheres ao longo do tempo, destacando a importância de compreender as interseccionalidades e lutar pela igualdade e justiça para todas as mulheres.

O feminismo negro contemporâneo busca dar voz e visibilidade a essas experiências, promovendo a desconstrução de estruturas opressivas e a construção de uma sociedade mais igualitária. Em uma sociedade patriarcal, as relações sociais são caracterizadas pela subordinação da mulher e pela dominação e controle exercidos pelos homens. De acordo com Morgante e Nader (2014, p. 8), o conceito de patriarcado permite compreender a interligação entre a dominação e a exploração das mulheres. Mesmo que as mulheres possuam habilidades e dedicação equivalentes aos homens, foram relegadas a um papel secundário nesse sistema que as oprimia e negou seus direitos como membros constituintes da sociedade.

De acordo com Ferreira e Camargo (2011, p. 375), em uma sociedade racista, há uma tendência de considerar o negro como sendo étnica e culturalmente inferior. Essa percepção pode ser facilmente observada ao analisar os padrões estabelecidos como superiores, que valorizam traços europeus, como pele branca, olhos claros e cabelos lisos. Os aspectos culturais e étnicos marginalizados são frequentemente associados aos negros. Dessa forma, na perspectiva da sociedade, o negro é estigmatizado como um grupo feio e associado à criminalidade.

Interseccionalidade e feminismo negro surdo

Temos que elucidar o que é interseccionalidade negra e como se relaciona ao feminismo negro e surdo. Autores tais como, Brito, I. A., Medeiros, J. R., Bento, N. A. e Rodrigues, N. remetem a relação entre gênero, raça e surdez enquanto uma das principais formas de estudar aspectos relacionados à comunidade surda tendo em vista uma categorizaria a parte constituída por mulheres negras e surdas. A autora e feminista norte-americana Kimberlé Crenshaw conceitua interseccionalidade em um artigo intitulado "Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas", no ano 1989. No ano de 1991, a autora revisitou o conceito no texto intitulado "Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor", no qual explorou e examinou a interseção das identidades das mulheres negras e sua experiência de marginalização estrutural.

Em 1991, a autora revisitou o conceito no texto intitulado "Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor", no qual explorou e examinou a interseção das identidades das mulheres negras e sua experiência de marginalização estrutural. Nessa discussão sobre a diversidade e desigualdades do movimentos feministas negros, pode-se incluir o conceito de interseccionalidade Segundo Ribeiro (2016), foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989, em sua tese de doutorado e pode ser explicitado como:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW apud RIBEIRO, 2016).

Para Ribeiro (2016), o fato de refletirmos sobre a interseccionalidade nos ajuda a compreender que não existe um tipo de opressão que se sobreponha a outra e que, para combatê-la é preciso romper com a estrutura, pois essa é uma questão estruturante da sociedade. A autora ainda alerta que os grupos oprimidos não podem se silenciar e ressalta a necessidade da interseccionalidade como aporte teórico do feminismo Negro, assim não se negue identidades ou se subordine outras.

No entanto, segundo Kimberlé Crenshaw (2002), é necessário estabelecer uma agenda para a garantia dos direitos humanos que leve em consideração tanto o gênero quanto a raça.

A promoção dos direitos para todos e todas requer o reconhecimento das desigualdades de gênero e raça, considerando que algumas situações oferecem proteção tanto para homens quanto para mulheres, enquanto outras não. Além disso, é fundamental compreender que entre as mulheres existem aquelas que enfrentam uma maior vulnerabilidade diante de violações de direitos devido ao impacto do racismo.

Dentre essas mulheres negras que são particularmente suscetíveis a esse impacto, podemos citar as mulheres negras trans surdas, mulheres negras intérpretes de Libras, mulheres negras lésbicas, mulheres negras gordas e, de forma geral, a mulher negra. Essas mulheres enfrentam desafios únicos decorrentes da interseção de diferentes formas de discriminação, como já mencionado anteriormente.

Ou seja, cada mulher preta traz consigo suas próprias experiências e particularidades, o que enfatiza a importância de reconhecermos e nos atentarmos a essa diversidade. É fundamental entender que não existe uma única vivência ou uma única narrativa que represente todas as mulheres negras.

Por exemplo, as mulheres negras trans surdas e as mulheres negras lésbicas enfrentam obstáculos adicionais devido à sua identidade de gênero, raça e surdez, sendo muitas vezes excluídas e invisibilizadas nos discursos e nas lutas feministas e antirracistas e excluídas tanto dentro da comunidade negra quanto dentro do movimento LGBTQ+. Michael Abernethy (2013) relatou suas experiências iniciais com a comunidade de surdos, traçando paralelos com a comunidade LGBTQIA+:

Enquanto o resto do mundo alcança e trabalha para incluir os deficientes auditivos no tecido da sociedade, os surdos criaram sua própria comunidade por meio de organizações, encontros sociais e fóruns na internet. Dessa forma, a comunidade surda é muito parecida com a comunidade LGBT e um corpo substancial de pesquisa que analisa questões de inclusão e diversidade inclui seções sobre desafios enfrentados por surdos e LGBT, pois geralmente são os mesmos. No entanto, poucas pesquisas foram feitas sobre os indivíduos que são LGBT e surdos. Isso é surpreendente, considerando o que minha irmã, intérprete de surdos, me disse: “Você ficaria surpreso com a quantidade de surdos que são gays” (ABERNETHY, n.p, tradução livre)

Também temos nessa camada as mulheres negras intérpretes de Libras, que por sua vez, desempenham um papel crucial na comunicação e na acessibilidade para a comunidade surda, enquanto enfrentam os desafios específicos de serem mulheres e negras nesse contexto. A autora Lima (2021), faz uma reflexão sobre a corporeidade do TILS negres e diante dessa exposição esse corpo negro também sofre o preconceito, sofre o racismo, sendo de vários

níveis. Como por exemplo, no momento em que é preciso estar neutro e não chamar a atenção através das vestimentas, do cabelo, dos adereços.

Sendo assim, podemos dizer que, a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Entre os vários debates do século, alguns autores que estão trabalhando com o tema Feminismo Negro, aponta como Hooks (2000), o movimento feminista apresenta limites ao desconsiderar as posições sociais e a realidade das mulheres negras, considerando um coletivo “mulheres” a que todas poderiam ser encaixadas, sem questionamentos.

A afirmação que “todas as mulheres são oprimidas” exclui os fatores como classe social, raça, religião, preferência sexual. A esse coletivo entende-se mulheres de classe média e brancas e um silenciamento de vozes negras. As feministas negras destacam que tanto os Movimentos Feministas quanto os Movimentos Negros têm apresentado falhas ao ignorar e desconsiderar as necessidades específicas das mulheres negras.

Como aponta Angela Davis (2016), as sufragistas brancas expressaram total descontentamento quando, depois da Guerra Civil dos Estados Unidos, os homens negros obtiveram o direito ao voto e elas não, proferindo, naquele momento, reclamações explicitamente racistas. As feministas brancas, ao abordarem as questões de gênero de forma generalizada, acabaram excluindo as experiências das mulheres negras, focando principalmente nas necessidades das mulheres brancas de classe média e alta.

Os Movimentos Feministas, em sua maioria, manifestaram e alguns ainda manifestam uma visão dominante e simplificadora, que mostra indiferença em relação às situações de dominação e opressão enfrentadas pelas mulheres negras. Isso revela, em diferentes aspectos, uma faceta racista. Nos referidos movimentos, as questões raciais têm historicamente ocupado uma posição hierarquicamente superior em relação às questões de gênero.

Geralmente, argumenta-se que, se as questões raciais forem resolvidas, automaticamente as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras desaparecerão. Isso negligencia o fato de que as mulheres negras sofrem não apenas com a opressão racial, mas também com a opressão de gênero, de forma mais intensa e violenta do que as mulheres brancas, que não enfrentam o racismo.

Segundo a escritora Kilomba (2019), o sujeito do discurso de gênero é a mulher branca e o sujeito do discurso sobre o racismo é o homem negro. Sendo assim, a mulher negra acaba sendo riscada, invisibilizadas no do movimento feminista, debates acadêmicos e políticos.

Como afirma novamente Kilomba, a partir de Heidi Safia Mirza (Black British Feminism, 1997), deste espaço vazio que se sobrepõe às margens da raça e do gênero, denominado de “terceiro espaço”, as mulheres negras habitam uma espécie de vácuo de apagamento e de contradição, que se sustenta pela polarização entre mulheres de um lado e negros de outro, com as mulheres negras no meio. No contexto brasileiro, a partir da década de 1970, o Feminismo Negro começou a ganhar relevância e projeção, impulsionado pelo surgimento do Movimento de Mulheres Negras (MMN).

Nesse momento, intelectuais e ativistas negras começaram a questionar a ausência de uma abordagem interseccional nas agendas dos movimentos sociais, tanto em relação ao gênero quanto à raça. Essas reflexões críticas desempenharam um papel fundamental na conscientização, mobilização e empoderamento das mulheres negras, reafirmando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e abrangente para enfrentar as interseccionalidades das opressões que afetam as mulheres negras no Brasil.

Para as mulheres negras, o empoderamento é uma das ferramentas mais poderosas em sua busca por igualdade e justiça social. Ele não apenas influencia as vidas das próprias mulheres negras, mas também inspira e impulsiona outras mulheres a se unirem na luta por igualdade racial, de gênero e social. Pois, como diz Ribeiro (2016) “quando uma mulher se empodera, tem condições de empoderar outras.”

Dentre as abordagens teóricas exploradas até o momento, destaca-se a importância também do empoderamento negro. A origem dessa palavra pertence à língua inglesa "empower", que significa dar poder ou habilidade a algo ou alguém.

Entretanto, no Brasil, usamos um termo inventado, chamado neologismo, para transmitir essa ideia, já que não temos uma palavra ou expressão equivalente em português. A pensadora, arquiteta e urbanista vai na origem Berth (2019), conceitua-se a palavra empoderamento como:

Empoderar, dentro das premissas sugeridas, é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da História. Esse entendimento é um dos escudos mais eficientes no combate à banalização e ao esvaziamento de toda a teoria construída e de sua aplicação como instrumento de transformação social (BERTH, 2019, p. 19)

O empoderamento negro, o feminismo negro e a surdez estão relacionados em sua luta comum por igualdade, justiça social e inclusão. Embora sejam questões distintas, esses

movimentos compartilham muitas intersecções e desafios em comum. Como o foco deste trabalho é o protagonismo da mulher preta, é essencial também dar voz às mulheres negras e surdas, que por muita das vezes ocupam espaços marginalizados deixado pelo vácuo do Movimento Negro, do Movimento Feminista Negro e nas discussões avançadas do Movimento Surdo no país.

A autora Moreira (1998) fala da emergência da mulher surda como um deslocamento de identidades, trazendo a categoria do gênero para dentro da discussão dos Estudos Surdos. Em suma, a autora trabalha a partir de três eixos: o dos Estudos Culturais, o dos Estudos Surdos e os estudos de gênero, ou seja, vê a surdez como apenas uma das múltiplas identidades das mulheres surdas, de acordo com as ideias de Hall (1999), e entende-a como uma questão epistemológica, unindo-se a narrativas que pretendem desconstruir, narrativas que vê a surdez como uma patologia a ser corrigida. Assim, Strobel (2008) define cultura Surda como:

[...] o jeito dos sujeitos surdos de entender o mundo e de modificá-lo, a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL, 2008, p. 24).

Quando consideramos a mulher com deficiência, combinada com as questões de raça, fica evidente como os obstáculos sociais se tornam mais aparentes. Estamos lidando com uma sociedade que é estruturalmente machista, patriarcal e misógina, e que ainda é fortemente influenciada pelo discurso eurocêntrico, que idealiza um modelo padrão socialmente aceito. Nesse padrão, aqueles que são diferentes são marginalizados e excluídos.

Segundo Rangel e Klein (2020), Ana Regina e Souza Campello, ao mesmo tempo em que fundou e presidiu a FENEIS, como mulher, nordestina-carioca, surda e ativista, representou e defendeu o Movimento Surdo, a Comunidade Surda, o Feminismo, a Língua de Sinais e a Educação dos Surdos, entre outros. Sua luta foi voltada para a valorização da Língua de Sinais para as futuras gerações.

A criação da FENEIS se tornou um marco importante nesse contexto, pois fortaleceu a representação e o ativismo em prol dos direitos das pessoas surdas, especialmente das mulheres, que enfrentam múltiplas formas de discriminação e desigualdade. Ela também promoveu diversos cursos de capacitação para instrutores de Libras, primeira língua dos surdos e segunda língua para ouvintes, entre outras ações, como citado:

Quando se pensa na figura de Ana Regina como personagem heróica da comunidade surda, se relaciona a representação dela como um bom exemplo na luta pelos direitos dos surdos. Ela assumiu a presidência, tinha boa fluência na língua portuguesa e na língua de sinais, e representou o empoderamento das mulheres no espaço político (RANGEL; KLEIN, 2020, pág. 76).

Ao abordarmos o feminismo negro surdo, embora sejam escassos os estudos relativo ao tema, podemos reconhecer a importância de abordar as experiências únicas das mulheres negras surdas e suas lutas contra o racismo, o sexismo e a opressão auditiva. A inclusão e a valorização das vozes dessas mulheres são essenciais para um movimento feminista verdadeiramente abrangente e transformador, pois a mulher preta e surda, além de estar exposta a violência obstétrica, estupros, raptos, sequestros, incestos, assédio sexual, prostituição e violência doméstica, também enfrentam a dificuldade de não conseguirem realizar a denúncia desses crimes, visto que, há uma grande carência de intérpretes no âmbito jurídico.

Infelizmente, ainda hoje, nem sempre as delegacias especializadas à proteção da mulher, dispõem de mulheres atuando como intérpretes de Libras, ou seja, há uma carência também de acessibilidade para as mulheres surdas no âmbito jurídico, como o registro de ocorrências, assistência jurídica e acesso à Lei Maria da Penha, entre outros aspectos. Com isso muitos crimes passam a ser batidos, pois a vítima sabe que não conseguirá se comunicar.

Reflexões finais

A mulher negra e surda quando não tem disponível a acessibilidade em relação a comunicação, se torna mais suscetível a exclusão social. Dado a esse fato, ocorrem grandes impactos na vida dessas mulheres, como dificuldade de acesso aos serviços públicos básicos de saúde e também, dificuldades de acesso à educação, como a implementação em maior escala de escolas bilíngues (Libras/Língua Portuguesa), acesso e permanência escolar, bem como a disponibilidade de professores capacitados e intérpretes de LIBRAS.

Ser uma mulher negra fez toda a diferença para a leitura e compreensão dos anseios da comunidade negra e surda e das formas de vida tecidas pelas mulheres negras que nela se situam. O enfrentamento da discriminação e preconceito com base na aparência física, na cor de sua pele é algo tipo como “habitual” que carrego comigo. Esta realidade pode afetar a forma como me percebo e percebo as dores de outras pessoas que vivem em condições

semelhantes á minha. No contexto da interpretação, esta experiência de racismo pode influenciar na maneira como eu, mulher negra interpreto e transmito as mensagens, pois, a corporeidade, na profissão Tradutor/intérprete de Libras é de suma importância, já que a Libras é uma língua gestual-visual.

No entanto, também é importante reconhecer as barreiras adicionais na minha formação como intérprete, devido ao racismo institucionalizado, que é muito frequente. Um exemplo, é a dificuldade para a permanência em um curso superior e a falta de inclusão de estudos sobre a experiência da mulher negra surda, da mulher negra e intérprete e assuntos voltados ao público preto, no currículo do curso. Outro ponto desafiador é a carência de professores, alunos e mentores pretos na profissão de intérprete de Libras que podem afetar o senso de pertencimento e a progressão na carreira dessa mulher preta. Entretanto, mesmo após a formação ainda há o enfrentamento dos desafios contínuos da discriminação e exclusão no campo da interpretação de Libras. Isto é exacerbado pela falta de apoio institucional e sindical para lidar com questões de raça e gênero na profissão.

Lima (2021), menciona que espera-se que um profissional da área esteja neutro e não chame a atenção pelo uso das vestimentas, do cabelo e dos adereços, um aspecto previsto no código de ética a ser ressignificado e adequado à cultura afro-brasileira.

[...] entre as mulheres surdas, as negras serão as mais afetadas pelo engendramento dessas categorias identitárias. Seguindo a alusão proposta por Crenshaw (2002), a mulher negra surda está em encruzilhada sendo atravessada por vias de sexismo, ouvintismo, patriarcado e claro, pelo racismo hiper elaborado. Esse lugar ímpar, exclusivo, não pode ser partilhado por homens negros surdos, que embora potenciais alvo do racismo, não vivenciam o sexismo e a misogenia (sic). Também não é possível comungar com outras mulheres surdas não negras por não terem a experiência cotidiana dos efeitos diários das práticas racistas, do mesmo modo, mulheres negras ouvintes, dificilmente, sentirão os efeitos perversos da exclusão linguística e comunicacional (BRITO et al., 2021, p. 212).

A mulher negra surda é subcategorizada em um padrão de exclusão que dificulta sua mobilidade profissional. Essa subalternização ocorre porque essas mulheres não se enquadram em um padrão ocidental branco, heterossexual, cisgênero e ouvinte, que não tolera a diferença e continua a perpetuar conceitos racistas. Conforme afirmado pela professora Ferreira (2018), o racismo está profundamente enraizado na sociedade, prejudicando a vida social das pessoas negras surdas, resultando na falta de acessibilidade comunicacional nos órgãos de segurança pública para atender aos surdos que sofrem violência.

Levando em consideração a estrutura social em que a mulher negra desempenha um papel central nos efeitos das práticas discriminatórias baseadas no sexo e na raça, a mulher negra surda, devido à falta de acessibilidade comunicacional, enfrenta impactos ainda mais significativos. Essas consequências estão diretamente relacionadas a três áreas sociais fundamentais: saúde, segurança pública e educação.

Portanto, ao considerar a estruturação do racismo em torno da mulher negra surda, é imprescindível levar em conta as várias rotas que convergem para essa questão, incluindo classe, heteronormatividade, gênero, raça e deficiências. Entre os surdos, e mais especificamente entre as mulheres surdas, as negras são as mais afetadas pela interseção dessas categorias identitárias.

Seguindo a abordagem proposta por Crenshaw (2002), a mulher negra surda encontra-se em uma encruzilhada, sendo atravessada por diferentes formas de sexismo, ouvintismo, patriarcado e, é claro, pelo racismo complexo. Esse lugar único e exclusivo não pode ser compartilhado pelos homens negros surdos, que, embora possam ser alvos potenciais de racismo, não vivenciam o sexismo e a misoginia da mesma forma. Da mesma forma, não é possível se identificar completamente com outras mulheres surdas que não são negras, pois elas não têm a experiência cotidiana dos efeitos do racismo, assim como mulheres negras ouvintes dificilmente experimentarão as formas de exclusão linguística e comunicacional.

Esse lugar, embora não seja solitário de fato (devido à diversidade e ao número de mulheres surdas), deve ser compartilhado com aquelas que compartilham a mesma encruzilhada epistêmica. De acordo com a dissertação de mestrado da professora Priscilla Ferreira (2018), nos Estados Unidos, a terminologia "Black Deaf" é utilizada, pois inicialmente o indivíduo é visto como negro e, em seguida, como "ser surdo". No Brasil, por sua vez, optou-se pela expressão "Negro Surdo", uma vez que a sociedade tende a primeiro considerar a raça de uma pessoa e, posteriormente, sua condição de surdez.

A mulher negra e surda por não ter possuir uma acessibilidade em relação a comunicação, ela acaba ficando suscetível a uma grande exclusão social. Dado a esse fato, ocorrem grandes impactos na vida dessas mulheres como: dificuldade de acesso aos serviços públicos básicos de saúde, como consultas, exames, cirurgias, partos e assistência psicológica. Dificuldades de acesso à educação, como a implementação em maior escala de escolas bilíngues (Libras/Língua Portuguesa), acesso e permanência escolar, bem como a disponibilidade de professores capacitados. E por fim, dificuldades relacionadas aos serviços críticos de segurança, como o registro de ocorrências, assistência jurídica e acesso à Lei Maria da Penha, entre outros aspectos.

Além da exclusão social elas também enfrentam uma série de violências, como esterilização não consentida, violência obstétrica, estupro, rapto, incesto, assédio sexual, prostituição e violência doméstica em suas diversas formas e etc. A abordagem do feminismo e do feminismo negro surdo revela a necessidade de uma perspectiva interseccional, que reconheça as múltiplas formas de opressão e desigualdade enfrentadas pelas mulheres negras surdas.

Essas mulheres enfrentam obstáculos que decorrem da interseção de gênero, raça e deficiência, e é fundamental que suas vozes sejam ouvidas e suas experiências sejam valorizadas. O feminismo negro surdo destaca a importância de incluir as mulheres negras surdas nas pautas e nas lutas feministas e surdas.

Isso implica em romper com os estereótipos e as invisibilidades que afetam essas mulheres, além de considerar suas necessidades e demandas específicas. Um das ações para enfrentar o racismo dentro da comunidade surda, foi o Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo teve suas três primeiras edições realizadas em São Paulo e foi organizado com a coordenação de Sandro Pereira. Foi realizado o VI CNISNS que aconteceu em Florianópolis - SC, nos dias 16 a 18 de novembro de 2017. Onde seu principal tema foi as diferentes áreas sociais acerca das mulheres surdas e negras, ações afirmativas (cotas) e acesso do surdo negro ao mercado de trabalho.

O estudo proposto nesse trabalho contribui para uma visão mais inclusiva e ampla do movimento feminista e surdo. Isso permite que as experiências e as lutas das mulheres negras surdas sejam reconhecidas e atendidas, buscando a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e acessível para todas as mulheres, independentemente de sua raça, gênero ou condição auditiva.

Dessa forma, ao unir as perspectivas do feminismo e do feminismo negro surdo, podemos avançar na criação de espaços de empoderamento, de valorização e de respeito para as mulheres negras surdas, e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde todas as vozes sejam ouvidas e todas as experiências sejam reconhecidas e valorizadas.

Referências:

ASSIS, D. N. C. de. Interseccionalidades. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

BERTH, J. O que é empoderamento?. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRITO, I. A.; MEDEIROS, J. R.; BENTO, N. A.; RODRIGUES, N. Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. ODEERE, v. 6, n. 01, p. [página inicial - página final], jan./jun. 2021.

COLLINS, P. H. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento; tradução Jamile Pinheiro Dias. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics." University of Chicago Legal Forum, vol. 1989, no. 1, 1989, pp. 139-167."

DAVIS, A. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

hooks, bell (1981). Ain't I a Woman? Black Women and Feminism. South End Press.

Lane, Harlan, Robert Hoffmeister, and Ben Bahan (1996). A Journey into the Deaf-World. Dawn Sign Press. Disponível em: Acesso em: <<http://wfdeaf.org/> 15 junho 2023.

hooks, bell. E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo; tradução Bhuvi Libanio. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

FARIA, N. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. Em: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. Desafios do livre mercado para o feminismo. São Paulo: SOF, 2005.

FERREIRA, P. L. A. O ensino das relações étnico-raciais nos percursos de escolarização de negros surdos na educação básica. 2018. 122 f.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, 4. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População por cor e raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População com deficiência auditiva, por cor ou raça e situação de domicílio . Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

Klein, M., & Formozo, D. de P. (2008). GÊNERO E SURDEZ. *Reflexão E Ação*, 15(1), 100-112. <https://doi.org/10.17058/rea.v15i1.225>.

KILOMBA, Grada. (2019) Memórias da Plantação: Ed. Revista COR LGBTQIA+, Curitiba, v. 1, n. 3, jul. 2022.

LEAL, H. Feminismo Negro; Universidade Regional de Blumenau (FURB) São Luiz, 2020.
Davis, Angela. Mulheres, Raça e Classe. Boitempo Editorial, 2016.

LIMA, Luana Isabel Gonçalves de. Surdez e negritude: uma pesquisa sobre a identidade negra no uso da Libras. 2021. 155 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

MOREIRA, Sandra Zanetti. A mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade. In: SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, Mediação, 1998.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. Anais do. XVI Encontro Regional de História da ANPUH, 2014, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014.

PINTO, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. Revista de História.

RANGEL, G. M. M.; KLEIN, M. Heróis/heroínas surdos/as brasileiros/as: busca de significados na comunidade surda gaúcha. Curitiba: CRV, 2020.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?; Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, J. R., "Movimento negro e crise brasileira", Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras, Joel Rufino dos Santos e Wilson do Nascimento Barbosa, Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, p. 157.

STROBEL, K. L. & FERNANDES, S. Aspectos lingüísticos da língua brasileira de sinais/ Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE. 1998.

VITURINNO, Léo. SOU GAY? #LéoResponde, 15 mar. 2019. 1 vídeo (9min 57s) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bxq2xosQe_0 . Acesso em: 24 junho 2023.

WOLFE, Kathi. Remembering deaf lesbian pioneer Barbara Kannapell.

Washington Blade, Washington D.C., 03 set. 2021. Disponível em:

<https://www.washingtonblade.com/2021/09/03/remembering-deaf-lesbian-pioneer-barbara-kannapell/>. Acesso em: 04 junho 2023.

ZIRBEL, Ilze (2007). Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis).